

BORGES O CURADOR DE *MORPHEUS*: UM CASO SINGULAR DE VISIONISMO OU CHARLATISMO NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX.

Artur Gilberto Garcéa de Lacerda Rocha¹

1. INTRODUÇÃO

O Império do Brasil durante a segunda metade do século XIX passou por profundas transformações no setor urbano, tanto quando se aborda o plano econômico quanto se trata dos aspectos político e social. O Recife, como tantas outras cidades do Império do Brasil e da Europa, encontrava-se em transformação de sua paisagem e espaço urbano. Era a busca pelo ideal de modernidade, tão comum naqueles tempos de fins de dezenove.

Alguns setores da sociedade estavam empenhados nessa nova face da cidade e capitanearam essa modificação. Setores estes representados pela classe política, especificamente no Recife, ao representante era a vereança; pela técnica, como o engenheiro e a médica, principalmente esta última, como fornecedora do ideal capturado pelas outras e utilizadas como meio para implementação das modificações ditas necessárias.

A remodelagem espacial urbana da cidade do Recife na segunda metade do século XIX e da mentalidade dos diferentes indivíduos que conduziram e determinaram, por estes diferentes saberes, o ideal na construção do que fora conceituado como modernidade praticada naqueles tempos, estes agentes ajudaram a normalizar, reorganizar e reestruturar os sítios públicos buscando soluções para as necessidades que os novos tempos, os modernos, estavam trazendo para o cotidiano citadino.

A modernidade, os seus conceitos, desejos e ideários, também é inquieta em controlar as muitas resistências dos atos corriqueiros, tradições e costumes de uma cidade antiga representada por um grupo social em exclusão que, por várias vezes, é identificada como a classe perigosa, mas que poderia ser mostrada como a classe dos trabalhadores de baixa renda, que coexistia no Recife daqueles tempos. Moradores e trabalhadores que relutam e não participam da civilização que se ergue acima deles

¹ Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFPE. Coordenador da Pós-Graduação da área de Negócios da Faculdade Santa Maria. Professor da Faculdade ESUDA e Servidor Público lotado no Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE.

(GOMME 1913 *apud* THOMPSON, 1998), que parece formar um contra discurso que passa a ser temido pela elite, em luta de informação e contra-informação – essa luta colocada expressa o embate dialético entre a necessidade de quebrar as antigas práticas que as elites querem esquecer e suplantar impondo outras novas como os trabalhos, leis e obrigações que o saber médico assume desde então em relação ao saber e prática de cura popular, com a resistência dos costumes, da tradição da população menos abastadas que não tem o mesmo acesso à educação e a mesma visão de progresso e liberdade prometida pelos novos ventos trazidos de além mar – que coloca em caráter de urgência a construção e a inserção de novos valores, saberes e formas, tornando velho, e não moderno, todas as contradições postas a estes ideais de resistências por essas mentalidades julgadas presas a costumes e tradições contrárias à construção de um espaço transformado, e para a classe governante, uma melhoria da cidade do Recife.

No Recife da segunda metade do século XIX houve uma alteração significativa na distribuição da população das suas freguesias, sendo os espaços centrais – as freguesias do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista – os que tiveram menor índice de crescimento, o que não quer dizer que eles não eram populosos, nem que a densidade demográfica era baixa. Assim, em busca de poupar a cidade desta crise social e viabilizar as transformações do Recife na segunda metade do século XIX foi que a elite, principalmente a política, produziu e apoderou-se de tantos outros discursos.

Com todo este cenário de segunda metade do século XIX, os distintos agentes sociais a partir de seus distintos saberes não apenas redirigiram os espaços privados, como os saberes médicos, mas construíram para a reorganização recifense ou modernização do meio público que se procedeu com interferências de vários atores, basicamente engenheiros – arquitetos, clero, políticos, médicos, e outros agentes que vivenciavam a cidade, cotidianamente, profissionais ou não, mas que contribuíram para a ordenação das ruas da capital pernambucana como um agente social uno.

Cada um desses profissionais participou de forma específica dessa nova construção e ordenação da cidade, umas de formas a modelar as normas legais, outras no aspecto estrutural e algumas mais interferindo no cotidiano urbano tanto do ponto de vista legal como também na resistência material.

Os jogos de diferentes interesses e as pretensas necessidades de controle social levaram os agentes sociais que faziam o Recife do período em análise, e a seus ideários, a produzirem transformações no mundo natural (a cidade) através do trabalho

socialmente organizado e com impactos no desenvolvimento dos agentes que praticam os usos do ir e vir urbano (HERRERA, 2002).

Um dos principais usos para construção das regras dos jogos de domínio foram os discursos verdadeiramente redigidos para a melhoria da cidade, mas que cidade? Quais os agentes privilegiados com essas novas regras moduladas? E atender a que interesses? Assim, a linguagem que é uma construção elaborada de uma verdade, porém, não representa em si a realidade ou verdade absoluta.

Essa construção tem como ponto de partida o projeto ideológico que o sujeito detentor do poder de elaborar o discurso pretende defender, pois o discurso apenas será ouvido ou aceito como válido a partir de uma aceitação do ouvinte, para isto seria necessário – e principalmente neste período de exaltação das possibilidades da ciência – um discurso com embasamento técnico e especializado que possa também convencer de forma ativa os atores no qual o poder é exercido (CHEVALIER, 1973).

Busca-se então, a verificação da origem do sujeito detentor do saber e poder de elaborar o discurso, como também o tipo de verdade ou verdades que foram construídas ao longo desses vinte anos do Recife. Pretende-se ver como os distintos grupos se apropriam dos saberes e a partir deles justificar os procedimentos adotados na transformação e ordenamento do espaço urbano de uma cidade como o Recife (FOUCAULT, 2001).

Essa busca pelo controle convizinho também envolvia a salubridade pública, pois ela tinha a atenção das principais autoridades do Recife, porém a busca de uma melhor condição da limpeza ou erradicação de doenças ou mesmo na luta de preveni-las, passava por um ideal maior que também envolvia não apenas os políticos de Recife, Pernambuco, Império do Brasil, até mesmo de localidades do velho mundo; o ideal de modernidade e de embelezamento das cidades nos fins do século XIX foi o ponto de partida das atitudes governamentais na construção de um novo espaço urbano.

Não se pode deixar de acrescentar à questão da salubridade no contexto da modernidade, porém não são atitudes paralelas, mas sim usos concêntricos, pois a utilização dos saberes médicos não foi apenas útil na construção de uma nova relação social entre as classes ditas limpas ou sujas, o arcabouço teórico discutido entre os higienistas durante aqueles anos de fins de século XIX fizeram, reconstruíram uma nova paisagem, uma nova cidade, mesmo não sendo os únicos sons soprados para usos e debates nessa reconstrução de novos espaços urbanos e de controle sobre as ações dos costumes da população de baixa renda.

Simultaneamente busca-se a elaboração de um conceito de salubridade urbana, tendo referências em noções higienistas, médicas. Para dar sustentação a estes novos conceitos, os discursos dos médicos assumiram um papel primordial para dar subsídio técnico e científico à classe política. As intervenções sobre as cidades, endossadas por um saber ideologizado de um intelectual especialista-técnico sobre os males da cidade, elaboraram, corrigiram, alargaram suas ruas, e retirando parte da população delas, na intenção de torná-las salubres e saneados os espaços citadinos.

Apesar de alguns médicos, como no caso de Freire (1866. p1) em sua tese de conclusão de curso, não achasse que a medicina estava pronta para responder todos os questionamentos postos pelos cientistas, sociedade e autoridades, assim Freire coloca desta forma seu pensamento sobre aqueles tempos: “Não podendo a sciencia explicar cabalmente a origem das moléstias endêmicas, que affligem algumas populações; sendo para Ella quasi mysterioso o modo de propagação; e a essência do principio gerados de epidemias devastadoras; sendo a sciencia a primeira na confissão – *de que o seu estado presente não lhe permite explicar, o que é essa influencia epidêmica que constitue a causa verdadeira e material de uma epidemia reinante* – é comtudo certo, que Ella conhece muitas das manifestas causas de insalubridade local ou temporária, que origem a muitas enfermidades endêmicas, ou augmentão a violência das epidemias accidentaes.” (grifo do autor).

Assim, “a questão da higiene e salubridade foi sendo usada como epígrafe para dar balizamento ao discurso de uma necessidade, de uma urgência da limpeza do centro urbano; tanto no âmbito da higienização, como no da erradicação de parte da população; e da retirada do pobre deste local” (ROCHA, 2003, p.30)

“Num século no qual os cientistas, os médicos, os filósofos, os escritores, enfim, os homens produtores da cultura acreditavam no poder do espírito pragmático e racional como força civilizadora, dois pilares sustentavam esta crença: a relação de exterioridade do sujeito cognoscente com o objeto do conhecimento e a certeza de que a verdade sobre as coisas e os seres é acessível e pode ser revelada pelo método racional”. (SOUSA, 2005, p.14).

Campos (1990) assenta que a questão da salubridade está intimamente ligada ao interesse dos legisladores municipais, pois a cidade em virtude do processo de urbanização mais intenso, passa a ser um espaço para controlar-se , sobretudo aqui no Brasil, com a vinda da família real portuguesa em 1808 e anos depois, em 1816, da chegada Missão Francesa fica claro que o medo das cidades vai ser refletido na

elaboração de posturas municipais, “principalmente nas questões referentes à drenagem de águas estagnadas, limpeza de detritos, localização de cemitérios e indústrias ‘corruptora do ar’. [...]. Foi este projeto de medicalização da cidade, difundido entre nós através de médicos, higienistas, engenheiros e arquitetos, que marcou a elaboração das posturas municipais do século XIX”. (CAMPOS, 1990. p.34/35).

Assim, as cidades no Brasil como um todo e mais especificamente o Recife passa por uma sequência de posturas que obrigam “os munícipes a cumprirem certos deveres de ordem pública, especialmente aqueles ligados à organização, ao disciplinamento e à construção do espaço da cidade.” (SOUZA, 2002. p. 2).

Aspecto social, político e cultural importante, pois prepara a cidade como um palco para diversos embates intelectuais e legais que levaram à reconstrução do espaço urbano do Recife naqueles anos de fim de Império.

2. O CURANDEIRO BORGES

É neste cenário múltiplo que a medicina, nos tempos dos dezenove, consolidava-se como importante saber na manutenção de uma sociedade saudável e moderna, assumindo maiores responsabilidades e cobranças, como aborda Gomes em sua tese de fim de curso. “Com os progressos da sciencia e da civilisação, recebendo a profissão medica uma organização mais regular, e baseando-se a jurisprudência sobre princípios mais puros e humanitarios, a responsabilidade medica tornou-se mais rasoavel, mais branda e mais restricta, oppondo-se ás temeridades e facilidades de médicos pouco cuidadosos dos seus deveres e ao mesmo tempo dando livre curso ao desenvolvimento da arte de curar.” (1887, p.5-6)

É neste cenário de transformações e buscas de espaços, inclusive de sobrevivência, e poderes, que um curandeiro vindo das Alagoas fixou-se em capital pernambucana e começou a trabalhar com a população de baixa renda com o intuito de curar *morpheus* (lepra). Naqueles anos a lepra tinha várias denominações, e as que a Inspetoria de Saúde Pública da Província de Pernambuco usava com maior frequência era a *elephantiase dos gregos*, ou mesmo *elephantiases tuberculosa*, que se trata de lesão caracterizada pela hipertrofia da pele da face, nos casos de lepra e de sífilis.

O curandeiro em questão tem nome e sobrenome, Manoel Borges de Mendonça oriundo das Alagoas onde sua fama reporta ao ano de 1854, pois a Comissão de Saúde Pública das Alagoas o cita nesta época pelos mesmos tratos, o de curar lepra. Aqui na

Província de Pernambuco o curandeiro toma espaço e é observado pelas autoridades em fins de década de 1850, quando o governador, o então Barão de Camaragibe, pede ao Inspetor de saúde que averigue o caso do curandeiro de *morpheus*, que escreveu uma carta ao Imperador para que este concedesse pagas para Borges abrir uma casa de cura aqui em Recife, sendo desta forma apresentado: “A Comissão recebeo officio de V. Ex^a de 14 do Corrente, no qual trata do curandeiro Borges, que recebe pagas adiantadas por curar da molestia morphia prometidas e jamais realisada convindo por isso proceder as necessárias indagações, informar à V. Ex^a do occorrido, e propor as providencias que parecerem necessarias, a Comissão em satisfazer os desejos de V. Ex^a.” (Saúde pública Vol. 1 Fl.16)

Este ato de remeter-se diretamente ao Imperador custou-lhe mais que os seis mil contos de réis anuais solicitados à Sua Majestade Imperial, pois a mando do governo provincial as autoridades médicas passaram a questionar Borges sobre seus métodos e remédios usados para a dita cura dos leprosos.

A partir deste episódio, várias são as referências nas correspondências administrativas e policiais, como por exemplo, a que data de 02 de janeiro de 1858, versa sobre a reclamação que se transcreve a seguir: “Participa-me o sub delegado da freguesia de S. Joze desta cidade que na rua Imperial existe uma casa na qual Manuel Borges de Mendonça tem, em tratamento da moléstia denominada morphia. Diversas pessoas afectadas desse mal, o qual sendo considerado contagioso, tem posto em susto os moradores daquela rua que reclamão contra a permanência desse focco de infecção no centro da cidade. Em vista desta justa reclamação, rogo a V. Ex^{as} que se dignem de designar um lugar próprio para onde se deva remover essa enfermaria a fim de ordennar ao mencionado Borges que com brevidade realize sua mudança para o lugar que V. Ex^{as} indicarem.” (SP1, fl. 19)

Como visto, não havia intenção, pelo menos naquele momento, de impedir a prática de cura de Borges, ou mesmo de levá-lo a prisão, como de praxe, pela proibição de praticar a medicina sem o título dado ou reconhecido por uma das escolas de medicina do Brasil, proibição esta posta no artigo 25 do decreto Nº 828 de 29/09/1851(SP, fl.74). As autoridades políticas e médicas buscavam se inteirar das ações de Borges dando-lhe a possibilidade de demonstrar como procedia a seus tratamentos.

Na verdade, o chefe da Inspetoria de Saúde Pública de Pernambuco, quando ainda nem ocupava este cargo, propôs a Borges ajuda financeira, local para a realização

de seus tratamentos e doentes do hospital de lázaros da capital, como exposto a seguir: “chamei-o, e lhe pedi que fosse ao hospital dos Lazaros, e me escolhesse 6 doentes, sendo 2 no primeiro gráo de elephantiasis tuberculosa 2 no seg^{do}, e 2 no terceiro; e lhe disse que eu cobriria qualquer vantagem que lhe fizesse a Administração dos estabelecimentos de caridade com mais 100\$000 de minha algibeira, por cada doente tratado pór elle, e exigia somente para dar-lhe os 600\$000 que me compromettia quando me curasse os 2 doentes do 1º / gráo de elephantiasis.” (SP1, fl 16-17). O Inspetor também lhe pediu que mostrasse como procedia o tratamento e a cura. Dentre estas condições, Borges não aceitou o trato deixando as autoridades irritadas e em busca de algo que desqualificasse o curandeiro.

Sobre o tratamento que dispensava Borges à população leprosa que caía em suas mãos, não ficara claro de imediato quais os métodos e procedimentos. Quando os doentes em tratamento ou mesmo os já ditos curados eram interrogados por alguma autoridade provincial, eles alegavam que não sabiam os métodos ou mesmo que Borges era um bom homem. Porém, ao ser persuadido sobre seus remédios, Borges, “por mais de uma vez me affirmara que estava inspirado por Maria Santissima, a qual, lhe descobrira o remédio em sonhos” (SP1 fl. 17) e que ele não poderia revelar. Posteriormente, e depois de vários interrogatórios a pacientes e profissionais envolvidos nos tratamentos, ficou-se sabendo que o remédio ministrado aos seus pacientes e que fora revelado em sonhos era uma mistura de purgativos com urina.

Apesar das descobertas feitas a respeito do tratamento realizado por Borges as autoridades públicas não o prenderam de imediato, deixando que ele ainda continuasse com suas práticas, pois alguns pacientes se declararam curados. A tolerância a prática de Borges reside na estrutura criada pelos usos e costumes, pois como afirma Thompson “se as lembranças dos mais velhos, a inspiração e a exortação tendem a estar no centro da interface do costume entre a lei e a práxis, o costume passa por outro extremo para áreas totalmente indistintas – crenças não escritas, normas sociológicas e usos asseverados na prática, mas jamais registrados por qualquer regulamento. Essa área é a mais difícil de recuperar, precisamente porque só pertence à prática e à tradição oral. Talvez seja a área mais significativa para o sustento dos pobres e das pessoas marginais na comunidade do vilarejo. [...]. O costume vigorava num contexto de normas e tolerâncias sociológicas. Vigorava igualmente na rotina cotidiana de ganhar o sustento” (1998. p. 88/89).

Assim, a inspetoria deixara acontecer os tratamentos e até mesmo liberou dinheiro e doentes como já exposto no suposto acordo entre a autoridade da Saúde pública e o curandeiro. Entretanto, pouco depois do inspetor ter assumido o cargo e esclarecer que já vinha acompanhando o caso de Borges, mandou o delegado de polícia analisar e, se necessário, prendê-lo.

Em resposta ao pedido do Inspetor de saúde pública, o delegado expõe que por motivo dos atestados terem sido feitos por pessoas que não tinham conhecimentos médicos, não tinha ele provas cabíveis que levassem Borges à cadeia (SP1, fl.70). Ou até quem sabe tomado por base na questão da tolerância dos saberes costumeiros.

Manoel Borges de Mendonça apenas foi um dos casos de curandeirismo na capital da província durante aqueles anos de fins de década de 1850 e início de 1860, o que durante a realização da pesquisa que este curandeiro fora apresentado, surgiram dois outros, um apenas como boticário e outro pedindo para ter acesso de cura aos soldados da capital. Sua distinção está na sua suposta audácia de remeter-se diretamente ao Imperador para mandar-lhe custas para realização de tratamento médico, ao fazer isto, este homem comum incomodou pessoas e discursos que, em nome de uma modernidade e civilidade, buscava o domínio e o poder.

O caso de Borges em especial chamou a atenção, de ter sido ele portador de grande tolerância das autoridades, pois ao que tudo indica o seu diferencial estava em seu *status*, já que somos levados a crer que o mesmo tinha algum estudo e era declarado branco, já que ao contrário, o mesmo não teria a mesma sorte. Cabe aqui uma observação, em nenhum documento sua origem é mencionada, como era praxe acontecer naqueles tempos. Em nenhuma linha, por nenhuma autoridade estudada sua cor e classe social são postas nem mesmo seus apadrinhamentos.

As referências a Borges cessaram sem explicação alguma, foram realizadas buscas por novas citações em todos os códices da série Saúde Pública e dos Diversos I do Arquivo Público Estadual (APEJE) referente aos períodos anteriores e posteriores aos que foram encontrados documentos sobre ele, porém sem sucesso algum. Como também fora procurado em documentação no Memorial de Justiça do Estado, sem nenhuma citação ou conhecimento para o período.

3. CONCLUSÃO

Devido ao desaparecimento sumário de Borges, podemos apenas especular sobre seu paradeiro, pois como não há documentação de que ele fora preso, pois se isso acontecera estaria registrado, e sobre isto não há registro algum.

Outra possibilidade é a absorção do curandeiro no serviço médico como temporário devido à epidemia de alguma doença que se iniciou ao longo da investigação, como no caso específico do boticário já citado, levando a suspeita de sua prática ao segundo plano.

Ou mesmo, e mais trágica das opções, ter Borges morrido de cólera durante uma grande epidemia ocorrida na década de 1860, apesar de seu nome ou mesmo de nenhum parecido constar nas listas de óbitos, porém estas listas não traziam grande confiabilidade, pois inúmeras pessoas eram postas sem identificação.

Porém, ao longo da pesquisa dois lugares anteriormente visitados ou resididos pelo curandeiro, foram citados durante a investigação sobre as ações de Borges, Maceió, Províncias das Alagoas e a Província do Pará, podendo ele ter se dirigido a tais regiões devido ao forte cerco em Recife sobre suas atividades e a entrada da polícia no caso.

Manoel Borges de Mendonça obteve espaço para cura, pois as autoridades médicas daquele tempo aqui na Província de Pernambuco provavelmente não divergiam do pensamento de Freire (1866) já exposto acima. Pois, na dúvida sobre se o remédio ou o procedimento eram eficazes, ou se havia outro conhecimento que pudesse explicar o processo de cura, a inspetoria de saúde e mesmo a polícia, foram muito tolerantes com o curandeiro.

Podemos citar essa tolerância como dúvida ou mesmo um episódio de resistência aos saberes científicos que deixavam grandes lacunas aos saberes populares, pois o moderno e o antigo ainda estavam face a face nos costumes das pessoas que viviam e construía o Recife de fins de dezenove.

Desta forma, um episódio que representou tantos outros em busca de sobrevivência, de pura charlatanice ou mesmo de inocência, muitas pessoas foram privadas de suas atividades devido ao já citado decreto Nº 828/1851, ou pela sociedade em busca de seus ideais de modernidade e salubridade. Mas, o que ficou marcado foram os seis meses de intensas anotações e interesse das autoridades sobre uma pessoa do povo que cessou sem explicações ou anotações.

As autoridades estavam interessadas na proteção dos doentes, como aparece nas declarações do Inspetor de Saúde Pública da Província de Pernambuco, ou preocupadas com a limitação e exclusão populares dos fazeres médicos. No caso específico de Borges fica difícil a defesa posto a composição de seu remédio e a forma que o mesmo alega como chegou à fórmula ao seu conhecimento, mas o que dizer das inúmeras parteiras e doutores raízes que foram privados de seus serviços, rendas e mesmo de suas liberdades em nome de um poder de uma classe elitizada que buscava consolidar-se em referência a um saber.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **Saúde Pública**. Recife. Volumes 1 e 2.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO. **DIVERSOS I**. Recife. APEJE, 1860 a 1880. Volume 17.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Posturas Municipais na Província Fluminense: o caso de Campos e Niterói**. Cadernos do ICHF. Niterói; N° 17, março, 1990.

FREIRE, Joaquim Vicente da Silva. **Dos Pantanos em relação á Etiologia**. Typographia de Lourenço Winter. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1866.

FOUCALT, Michel – **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 25ª edição. Petrópolis. Editora Vozes. 2002.

_____, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 14ª edição. Rio de Janeiro. Graal. 2001.

GOMES, Joaquim Manuel. **Responsabilidade Médica**. Typographia do Diario da Bahia. Faculdade da Bahia. Theses. 1887.

HERRERA, Guillermo Castro. **História Ambiental (feita) na América Latina**. Belo Horizonte. UFMG. Vária História, n° 26, 2002.

MIRANDA, Carlos A. C. **A Arte de Curar nos Tempos da Colônia: limites e espaços da cura**. Recife. Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2004.

ROCHA, Artur G. G. de L. **Discursos de uma Modernidade: as transformações urbanas na freguesia de São José (1860-1880)**. UFPE, 2003.

SOUSA, Priscila S. M. **As Parteiras e os Médicos: A inserção do gênero masculino numa realidade feminina (século XIX e início do século XX)**. UFPE, 2005.

THOMPSON, E.P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Cia das Letras. São Paulo, 1998.